

REDES DE PRODUÇÃO GLOBAIS (RPGS): CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS PARA A PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS¹

Rodrigo Salles Pereira dos Santos

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um modelo teórico-metodológico apropriado à investigação empírica de contextos interativos complexos em ciências sociais – a partir do texto fundador da abordagem, publicado nesta edição. O modelo das redes de produção globais (RPGs) avança na compreensão daqueles contextos ao prover uma abordagem multicêntrica, isto é, capaz de lidar com a variedade dos agentes econômicos, políticos e sociais que caracterizam os fenômenos econômicos globais. Assim, o artigo apresenta a referida abordagem e destaca suas principais contribuições conceituais no que concerne às dimensões econômica, política e social da organização global das atividades de produção, circulação e consumo de bens e serviços. Nesse sentido, as questões relativas à criação, aumento e captura de valor; às formas de acúmulo e exercício do poder; e, sobretudo, aquelas concernentes às relações sociais nas quais as atividades econômicas estão imersas são consideradas centrais.

PALAVRAS-CHAVE

Redes de produção globais. Agentes. Valor. Poder. Enraizamento.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present a theoretical-methodological model appropriate to the empirical investigation of complex interactive contexts in social sciences – from the founding text of the approach, published in this issue. The global production networks (GPNs) approach advances the understanding of those contexts to provide a multi-centric approach, which is able to handle the variety of the economic, political and social agents that characterize the global economic phenomena. Thus, this paper presents this approach and highlights its main conceptual contributions in relation to the economic, political and social dimensions of the global organization of activities of production, circulation and consumption of goods and services. In this sense, these are the central issues: value creation, enhancement and capture; the forms of accumulation and exercise of power; and especially those pertaining to the social relations in which economic activities are embedded.

KEYWORDS

Global production networks. Agents. Value. Power. Embeddedness.

1 Introdução

A publicação do artigo de Henderson et al. (2002) nesta edição da Revista Pós Ciências Sociais oportuniza ao público leitor em língua portuguesa o primeiro contato com um quadro teórico e um ferramental analítico de grande valia para a análise dos padrões e formas das interações concretas entre firmas, Estado e sociedade – excepcionalmente captados pela ciência social brasileira (CARNEIRO, 2008; RAMALHO, 2005).

O artigo de Henderson et al. (2002), *Global production networks and the analysis of economic development*, é o que se pode chamar de manifesto fundador da abordagem das redes de produção globais (RPGs)², estabelecendo suas categorias conceituais (valor, poder e enraizamento) e dimensões (firmas, setores, redes e instituições) essenciais.

No referido artigo, publicado originalmente na *Review of International Political Economy*, os autores transcenderam, de um lado, as posições fundamentalmente teóricas³ que marcaram o debate acerca da globalização em seus passos iniciais; e de outro, as principais abordagens conducentes à pesquisa empírica sobre a organização global das atividades de produção, circulação e consumo de bens e serviços – no que con-

cerne especificamente à dimensão econômica do fenômeno.

Desde meados da década de 1990, a partir da publicação de Gereffi e Korzeniewicz (1994), o referencial teórico-metodológico das *global commodity chains* (GCCs) ou cadeias de commodity globais (CCGs)⁴ deu azo a uma profusão de trabalhos setoriais orbitando uma ou mais mercadorias. Dessa forma, a atividade de pesquisa conduzida sob a égide intelectual das CCGs, ao enfatizar a escala analítica global, disponibilizou descrições, até então raras, dos modos concretos de reorganização das atividades econômicas no contexto da integração funcional e dispersa que caracteriza a globalização econômica (GEREFFI, 1994, p. 96).

A maior amplitude descritiva – obtida através da ‘simples’ integração sequencial e interdependente de atividades de produção, distribuição e consumo – assim como as importantes implicações políticas carregadas por esse referencial – influenciando, por exemplo, em ações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (HENDERSON et al., 2002, p. 441) –, foram, no entanto, obliteradas principalmente pela centralidade analítica do agente econômico (firma), em detrimento de uma ampla variedade de agentes sociais e do Estado, principalmente.

1. Este artigo se apóia em parte da discussão do primeiro capítulo da tese de doutoramento do autor (ver SANTOS, 2010), apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (UFRJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Agradeço às contribuições do Prof. Dr. José Ricardo Ramalho (UFRJ), orientador da tese; do Prof. Dr. Huw Beynon (Cardiff University) e; dos membros da banca Prof. Dr. Cristiano Monteiro (UFF) e Prof. Dr. Marcelo Carneiro (UFMA).

2. O contato e a incorporação da literatura das RPGs ocorreram durante o Doutorado Sandwich (2008-2009), realizado na Cardiff University, País de Gales, sob a supervisão do Prof. Dr. Huw Beynon. O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que o contemplou com uma bolsa de pesquisa ao longo do período.

3. As posições hiperglobalista, cética e transformacionista, nos termos de Held e McGrew (2001).

4. Posteriormente redefinidas nos termos do modelo das *global value chains* (GVCs) ou cadeias de valor globais (CVGs). Para uma discussão crítica das características de cada um destes modelos teórico-metodológicos e sua comparação com a abordagem das RPGs, ver Santos (2010), capítulo 1.

Ao substituir o Estado pela firma – em especial, as corporações multinacionais (MNC) e transnacionais (TNCs) – como agente analítico privilegiado na análise da dimensão econômica da globalização, o paradigma das CCGs converteu-se, fundamentalmente, em um modelo explicativo da ação e relação exclusivamente econômicas. (WEBER, 2003) Nesse sentido, foi limitada a sua integração à pesquisa empírica empreendida sobre a globalização econômica no âmbito das ciências sociais – pesquisa esta que se defronta com a multiplicidade dos agentes e suas estratégias em contextos interativos complexos.

O objetivo deste artigo, introdutório ao texto de Henderson et al. (2002) publicado nesta edição, é, nesse sentido, apresentar um modelo de investigação empírica tanto teoricamente sofisticado quanto analiticamente fecundo. O modelo das RPGs avança na compreensão destes contextos interativos ao prover uma abordagem multicêntrica, ou seja, capaz de lidar com a variedade dos agentes econômicos, políticos e sociais e; de outro, ao afirmar a importância analítica da espacialidade de sua agência (multiescalaridade). Nesse sentido, as RPGs trazem ao centro da análise a dimensão global de fenômenos tais como o desenvolvimento, o trabalho e o meio ambiente⁵, proporcionando maiores escopo e plasticidade analítica.

Entretanto, o artigo destaca fundamentalmente, certas contribuições-chave da abordagem das RPGs para a pesquisa em ciências sociais no que concerne às dimensões econômica, política e social da organização global das atividades de produção, circulação e consumo de bens e serviços. Nesse sentido, as questões relativas à criação, aumento e captura de valor; às formas de acúmulo e exercício do poder; e, sobretudo, aquelas concernentes às relações sociais nas quais as atividades econômicas estão imersas são consideradas centrais.

2 O paradigma das redes de produção globais (RPGs)

O paradigma das redes de produção globais (RPGs) surgiu no início dos anos 2000 na Escola de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SED) da Universidade de Manchester, Reino Unido. Os autores da chamada Escola de Manchester desenvolveram esta abordagem no âmbito do debate sobre a relação entre sistemas transnacionais de produção⁶ e desenvolvimento econômico.

Este quadro conceitual emergente foi posto em prática com o projeto de pesquisa *Making the Connections: global production networks in Britain, east Asia and eastern Europe*, liderado pelo Prof. Peter Dicken⁷ e financiado pelo Conselho de Pesquisa Econômica e Social (ERSC) do Reino Unido. Es-

5. Faz-se aqui, referência aos temas-chave que estruturam a investigação realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA), na UFRJ.

6. A noção de sistemas transnacionais de produção se apropria aqui, do sentido que lhe emprestam Coe & Hess (2007), ou seja, conjuntos de atividades econômicas funcionalmente integradas, embora territorialmente dispersas, cujos modelos analíticos seriam, dentre outros, a cadeia de valor, a cadeia de commodity global, a cadeia de valor global e a rede de produção global. Gereffi (1994, p. 96) também emprega a noção.

7. A contribuição seminal de Dicken para o debate sobre a globalização econômica, *Global Shift*, foi publicada em 1986, e já se encontra em sua sexta edição em língua inglesa – com o subtítulo *Mapping the Changing Contours of the World Economy* (2011). A tradução para a língua portuguesa, realizada a partir da quinta edição (2007), foi empreendida por Teresa Cristina Felix de Sousa, com consultoria, supervisão

te projeto enfocou a transformação das relações econômicas entre a Europa Ocidental – particularmente o Reino Unido e a Alemanha, de um lado, e o Leste Asiático e a Europa Oriental, de outro.

Para Dicken (2007, p. 7), mudanças qualitativas associadas aos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços que caracterizam a globalização econômica estariam moldando essa transformação. E essas mudanças engendrariam, por sua vez, redes de produção globais, isto é, formas genéricas de organização econômica global (COE; DICKEN; HESS, 2008, p. 272) que conectariam estes territórios. Mais especificamente, a Escola de Manchester define a rede de produção global como:

[...] um quadro conceitual que é capaz de apreender as dimensões social e econômica globais, regionais e locais dos processos envolvidos em muitas (embora de modo algum todas as) formas da globalização econômica. Redes de produção – o nexos de funções e operações interligadas através das quais bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos – tornaram-se tanto organizacionalmente mais complexas quanto cada vez mais globais em sua extensão geográfica. Essas redes não apenas integram firmas (e partes de firmas) em estruturas que obscurecem fronteiras organizacionais tradicionais – por meio do desenvolvimen-

to de diversas formas de relações de equidade e não-equidade –, mas também integram economias nacionais (ou partes dessas economias) de formas que possuem implicações colossais para seu bem-estar. Ao mesmo tempo, a natureza e a articulação precisas das redes de produção centradas na firma são profundamente influenciadas pelos contextos sociopolíticos dentro dos quais elas estão enraizadas. O processo é especialmente complexo porque enquanto os últimos são essencialmente específicos ao território (principalmente, embora não exclusivamente, ao nível do Estado-nação), as redes de produção em si não o são. Elas ‘atravessam’ as fronteiras estatais de formas altamente diferenciadas, influenciadas em parte, por barreiras regulatórias e não-regulatórias e por condições socioculturais locais, para criar estruturas que são ‘descontinuamente territoriais’. (HENDERSON et al., 2002, p. 8)

Os resultados empíricos do projeto de pesquisa foram divulgados em 2005 (DICKEN; HENDERSON, 2005). No entanto, seus fundamentos teóricos já vinham sendo desenvolvidos anteriormente e sê-lo-iam por toda a década, formando um corpo literário fundador significativo (COE; DICKEN; HESS, 2008; COE; HESS, 2007; DICKEN, 2007; HESS; YEUNG, 2006; HESS, 2004; COE et al., 2004; HENDERSON et al., 2002).⁸

e revisão técnica de Helio Henkin. Esta edição foi publicada pela editora Bookman, de Porto Alegre, com o seguinte nome: *Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial* (2010). A tradução do artigo de Henderson et al. (2002) leva à frente no entanto, a tarefa de divulgação da abordagem das RPGs, tornando sua trabalho fundador plenamente acessível.

8. Os autores ‘fundadores’ são Henry Wai-Chung Yeung, Martin Hess, Neil M. Coe e Peter Dicken, da SED, e Jeffrey Henderson, membro do quadro docente da Manchester Business School (MBS) até 2008 e desde então, integrante do Centre for East Asian Studies (CEAS), da Universidade de Bristol, Reino Unido. Alguns dos principais autores que vêm desenvolvendo o modelo das RPGs, tais como Gavin Bridge e Khalid Nadvi, da SED, e Richard Whitley, da MBS, continuam a justificar a denominação de Escola de Manchester. Desta literatura fundadora, o único trabalho ao qual o autor não obteve acesso foi Coe (2009).

A abordagem da rede de produção global se desenvolveu inicialmente, a partir da combinação de algumas ideias das abordagens das CCGs e das CVGs com as da teoria do ator-rede (TAR) e da literatura das variedades de capitalismo. No modelo das redes de produção globais, no entanto, os agentes e escalas dos sistemas transnacionais de produção são múltiplos, e as noções de valor e poder assumem novas dimensões em relação àquelas empregadas pelas correntes que a precedem. Ademais, as RPGs foram responsáveis por introduzir a noção de enraizamento – cara à sociologia econômica – no debate sobre a globalização.

Esta abordagem se distingue de suas congêneres inicialmente, pela sua escolha terminológica. A escolha de produção, em detrimento de *commodity*, deve-se a dois fatores. De um lado, o termo *commodity* refere-se a bens indiferenciados (padronizados)⁹ – o que não reflete a variedade contemporânea dos bens/serviços disponíveis em sistemas transnacionais de produção. De outro, o termo produção remete aos processos sociais envolvidos nas atividades de (re)produção das formas e dos agentes das atividades econômicas, rejeitando a reificação econômica ortodoxa e a desumanização da mercadoria, das quais padecem as abordagens precedentes.

No tocante à opção por rede, em detrimento do termo cadeia, há múltiplos fatores envolvidos. Primeiramente, a rede evoca maior complexidade da integração – em detrimento de encadeamento – das atividades econômicas, formando gelosias de atividades. Outra vantagem da noção de rede sobre a de cadeia é a sua amplitude, empiricamente mais adequada, sobre mercados interme-

diários e finais de bens e serviços. Assim, o conceito de rede abre a possibilidade de considerar a influência e multidirecionalidade dos fluxos de valor, poder e enraizamento, permitindo maior variação sócio-espacial no que concerne à ação economicamente relevante (WEBER, 2003), isto é, influência sobre o processo de produção.

O elemento fundamental no tocante à complexidade e dimensionalidade das abordagens das redes de produção globais e das cadeias de *commodities* ou valor globais diz respeito à autonomia dos agentes no interior da estrutura na qual se inserem. Fundamentalmente, o poder quase ilimitado da firma líder ou dominante nas CCG/CVGs – estrutura (coordenação) e macro-estrutura (controle) de governança – produz configurações de cadeia virtualmente imutáveis via ação autônoma dos agentes periféricos. Desse modo, a ‘superagência’ das firmas centrais produz a superestrutura da cadeia.

Diferentemente, a noção de rede fragmenta a agência, a partir da incorporação de uma multiplicidade de agentes-chave em estruturas (estática) e processos (dinâmica) assimétricos em função de ações e relações econômicas (valor), políticas (poder), e sociais (enraizamento) em sentido lato. Segundo Henderson et al. (2002), o modelo das RPGs reconhece que agentes diversos, oriundos igualmente de quadros sócio-institucionais variados, possuem prioridades diferentes e por isso, são dotados de autonomia. Desse modo, a lógica da rede influencia, mas não determina a ação e as relações entre os agentes, o que altera fundamentalmente suas implicações para o resultado em termos de posicionamento dos agentes nas redes.

9. No caso da indústria siderúrgica, por exemplo, apenas alguns poucos produtos, o ferro gusa e placas de aço, por exemplo, podem ser considerados *commodities* propriamente.

Além disso, a noção de global, comum à maioria dos modelos fundados nas noções de rede e de cadeia, tem origem em preocupações com a precisão analítica do modelo. Os termos concorrentes, internacional e transnacional, derivam de discursos estado-cêntricos, apresentando dificuldades em apreender processos inespecíficos a lugares e suas relações com processos específicos a estes últimos (relações global-locais). Nesse sentido, o paradigma das RPGs é caracterizado pela multiescalaridade e pela multia-gência assimétrica em termos de poder, valor e enraizamento.

Dentre as inovações analíticas do modelo, este artigo introdutório opta por centrar-se em sua dimensão multicêntrica, e na possibilidade aberta por ela de discutir as relações complexas entre os diversos tipos de agentes influentes em processos econômicos, políticos e sociais complexos e seus recursos específicos, o valor, o poder e o enraizamento.

O modelo teórico-metodológico das RPGs atribui, ainda, privilégio analítico¹⁰ aos agentes políticos e, em especial, econômicos – em detrimento dos agentes sociais. Entretanto, a abertura analítica propiciada pelo modelo à incorporação destes últimos torna possível, mediante investigação empírica, o estabelecimento de relações de causalidade entre sua ação e fenômenos econômicos complexos.

3 Categorias conceituais: valor, poder e enraizamento

Henderson et al. (2002) estabelecem as categorias conceituais fundamentais para este modelo – o valor, o poder e o enraizamento. Desse modo, apresentam uma evolução teórico-metodológica efetiva em relação aos seus predecessores e concorrentes contemporâneos por manter e complexificar as categorias tradicionais (valor e poder) de análise dos fenômenos economicamente relevantes (WEBER, 2003), oferecendo uma tipologia de seus tipos e processos – e por adicionar uma terceira categoria: a de enraizamento.

3.1 Valor

A propriedade, o controle e a mobilização de recursos econômicos dos mais diversos tipos são invariavelmente considerados como fontes cruciais das vantagens que os agentes econômicos desfrutam sobre os agentes políticos e, principalmente, sobre os agentes sociais no que diz respeito à autonomia relativa de suas estratégias e ações. No que concerne propriamente à importância destes recursos e a de seus agentes representativos – econômicos, o paradigma das RPGs propõe uma definição ampla do valor, compreendendo o conjunto das várias formas da renda econômica.

10. O ponto de vista aqui adotado acerca da importância relativa dos diferentes agentes no âmbito deste modelo tripartite é eminentemente empírico. Nesse sentido, a atribuição de prioridade analítica a certos agentes, em detrimento de outros, constitui essencialmente, uma questão de investigação. No entanto, considerada a matriz disciplinar do modelo das RPGs, a saber, oriundo da geografia econômica, este artigo considera necessário um exercício de 'sociologização' das redes de produção, de modo a dar conta da maior fragmentação e capacidades diferenciais de controlar e mobilizar recursos econômicos, políticos e sociais por parte dos agentes sociais.

As chamadas formas do valor ou da renda chamam atenção para as diversas expressões assumidas pelos recursos econômicos. A firma constitui então, o eixo sobre o qual recursos ou rendas tecnológicas, relacionais, organizacionais, de marca e de política comercial se sobrepõem ao núcleo de sua geração de valor: o processo de trabalho. Nesse sentido, o valor é também, neste modelo, associado à definição marxiana de mais-valia.¹¹

No entanto, a discussão de processos econômicos, políticos e sociais concretos, tipicamente multicêntricos, pois que caracterizados pela presença de múltiplos agentes, demanda a apreensão dos processos que se relacionam ao valor. Isto porque, uma análise que pretenda captar a complexidade da integração funcional dispersa que caracteriza a globalização econômica, como o modelo das RPGs, deve incorporar à discussão dos fenômenos estritamente econômicos uma compreensão dos fenômenos economicamente relevantes (WEBER, 2003), isto é, dos eventos que, ao incorporar agentes e relações não econômicos, produzem efeitos importantes no âmbito da economia.

Nesse sentido, o exame das fontes e expressões do valor é complementada, no paradigma das RPGs, pela análise dos planos da criação, da ampliação e da captura do valor. Os padrões através dos quais o valor é criado, ampliado e/ou capturado são nesse

sentido, duplamente econômicos e economicamente relevantes. Nesse sentido, considerada a sua geração material via processo de trabalho, e expressa, por exemplo, nos padrões tecnológico, organizacional, comercial, etc. de operação de firmas e setores, o valor pode ser também, ampliado e capturado – seja por agentes econômicos e não-econômicos.

Em primeiro lugar, no que concerne especificamente à criação de valor, o modelo destaca o tema da conversão da força de trabalho em trabalho real via processo de trabalho, com ênfase sobre suas condições de produção e reprodução. Nesse sentido, importam em grande medida as estruturas de emprego e qualificação profissional, as condições de trabalho¹² e as tecnologias de produção, dentre outros temas-chave, que trazem à tona a importância dos agentes políticos e, principalmente, sociais nas condições de criação do valor desfrutadas pela firma.

De outro, a criação das diversas formas da renda – influenciada pela geração do valor em si – diz respeito fundamentalmente, às condições de acesso a e controle sobre recursos econômicos de diferentes tipos e como as estruturas de mercado e regimes de competição valorizam os referidos recursos.

Por sua vez, o aumento ou a ampliação de valor depende dos contextos institucionais influentes sobre a ação e as relações entre os agentes econômicos e não econômico-

11. A relação entre a geração de valor via processo de trabalho e as diversas formas assumidas pela renda econômica concerne também à pesquisa empírica, já que diz respeito, dentre outras questões, às formas material e imaterial do valor e às dimensões operacional e financeira do comportamento da firma, setorialmente diversificadas. A incorporação da noção marxiana de mais-valia no modelo reequilibra duplamente as fontes e as expressões do valor, assim como as esferas da produção e da circulação econômicas.

12. A produção guseira na Amazônia Oriental, por exemplo, particularmente no que concerne às diferentes condições de trabalho que caracterizam seus principais sub-nodos – carvoejamento, mineração de ferro e produção de gusa propriamente dita – é decisiva para a apreensão da RPG liderada pela norte-americana Nucor Co. porque representa um formato, possivelmente único, de geração e captura de valor (HENDERSON et al., 2002, p. 8), instituindo, possivelmente, um padrão de acumulação oriental-amazônico.

cos, importando questões acerca do nível de transferência de tecnologia intra e inter-redes, o nível de cooperação intra-rede com vistas à sofisticação de produtos, o nível de sofisticação dos processos de trabalho e o nível de autonomia das firmas locais para a criação de valor (HENDERSON et al., 2002).

Por fim, a captura de valor, envolve certamente questões de política governamental,¹³ por sua vez condicionados por manifestações da crítica social (CARNEIRO, 2008). Sendo assim, a captura de valor diz respeito essencialmente ao padrão relacional estabelecido entre agentes econômicos e não econômicos nas variadas dimensões – em especial nos planos local, subnacional e nacional. A captura de valor incorpora também questões relativas à propriedade da firma que envolvem dicotomias relativas à nacionalidade (estrangeira x nacional¹⁴) e regime administrativo (privada x pública) e de governança corporativa em escala nacional.

O modelo das RPGs não considera, entretanto, quaisquer possibilidades de multiplicação financeira do valor, cuja importância progressiva para firmas industriais vem sendo demonstrada, ao menos conjuntamente, no que concerne à elaboração de suas decisões de investimento e de operação. Nesse sentido, ainda há sérias dúvidas a respeito de um processo de financeirização em curso de firmas industriais, ao menos nos setores ‘duros’ de bens intermediários, como a mineração e a siderurgia (SANTOS, 2010).

No entanto, não parece inverossímil que suas estratégias (nível da agência) e condições (nível da estrutura) de crescimento ou consolidação, por exemplo, no sentido da estabilização de mercados (PIORE; SABEL, 1984) passem, cada vez mais, por avaliações e operações financeiras como variáveis de equilíbrio e complemento às atividades operacionais que as firmas desempenham.

3.2 Poder

A categoria poder, apreendida pelo paradigma das CCGs/CVGs como controle e como coordenação, é também considerada decisiva para o modelo das RPGs. As fontes e formas do poder na rede são decisivas tanto para o aumento quanto para a captura de valor. Esta categoria remete especificamente a um conjunto de agentes não econômicos, particularmente relacionados a esferas político-institucionais formais.

No entanto, a capacidade que um ou mais agentes têm de influenciar o comportamento de outros agentes em um sentido previamente estabelecido é partilhada de forma assimétrica entre seus diferentes tipos. Nesse sentido, agentes econômicos, políticos e sociais podem influenciar e ser influenciados em contextos interativos. Assim, o paradigma das RPGs estabelece fundamentalmente, três fontes/formas de poder: corporativo, institucional e coletivo (HENDERSON et al., 2002, p. 450-1).

13. A disputa em curso entre a mineradora brasileira Vale e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em torno da definição de novos valores para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) demonstra como, na mineração de ferro, por exemplo, a apropriação de *royalties* é, nesse sentido, decisiva (ver MONTEIRO, 2004).

14. O processo de privatização de setores-chave da economia brasileira, como a siderurgia e a mineração, ilustram a necessidade de análises acuradas sobre a nacionalidade da propriedade e do controle aos níveis da firma e do setor (ver DOERING; SANTOS, 2011), mas também da economia como um todo, e seus efeitos sobre o comportamento dos agentes econômicos.

Para os autores, o poder corporativo é definido como capacidade de influência eficaz sobre as decisões corporativas (ação econômica) de outros agentes (econômicos). No entanto, a influência do poder corporativo – suportado pelo acesso diferencial a recursos econômicos – se expressa fundamentalmente, nas relações sociais e políticas tanto com agentes econômicos quanto não econômicos.

O poder institucional é exercido, diferentemente, por agentes não econômicos diversos, incluindo organizações e agências estatais, agências interestatais, as instituições de Bretton Woods, agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e agências de classificação de risco. Sua ação, política e/ou simbólica, influencia direta e indiretamente, e de forma assimétrica, ações econômicas.

O poder coletivo, por fim, é exercido, tanto direta quanto indiretamente, por agentes coletivos (sociais) com vistas a influenciar agentes econômicos e não econômicos (políticos e institucionais). As abordagens em termos de crítica (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) e contestação social (HOMMEL; GODDARD, 2001) apreendem, em consonância, a influência exercida pelos agentes sociais e suas coalizões¹⁵ sobre as estratégias e ações de agentes econômicos e políticos.

Ainda que a modelagem espacial do paradigma das RPGs tenda a privilegiar certos agentes (econômicos) em detrimento de ou-

tros, em função de suas (i)mobilidades relativas, a fixidez da ação local dos agentes sociais, quando combinada a formas específicas de conversão de suas estratégia e cosmovisão em interesses coletivos, é capaz de proporcionar graus de poder bastante imprevisíveis a estes agentes. Em dados contextos, pode inclusive ‘bloquear’ a agência de operadores econômicos no território.

O município de São Luís, capital do estado do Maranhão, não possui nenhuma siderúrgica implantada. No entanto, em 2004 um projeto siderúrgico de grande porte – capitaneado pela Vale e pela chinesa Baosteel Group Co. – constituiu um evento cultural que explicitou o confronto entre as formas corporativa, institucional e coletiva do poder. O projeto foi contestado por um conjunto de movimentos sociais – dentre os mais notáveis, o Movimento Reage São Luís e o Fórum Carajás – que se empenhou na desconstrução do discurso desenvolvimentista das elites políticas e econômicas locais e estaduais (LIMA, 2009), de modo que a referida decisão de investimento fosse avaliada, também moralmente, em termos técnicos – propriamente ambientais – e públicos, especificamente sociais.

Concretamente, a imagem construída de um evento futuro – a instalação de um parque siderúrgico – alterou fundamentalmente, as capacidades relativas de ação de indivíduos, grupos, organizações e instituições envolvidos na disputa de poder. A ação

15. Indivíduos, grupos, organizações e instituições não econômicas, isto é, não concebidas em função de uma motivação econômica dominante, importam, em uma variedade de situações concretas. Por exemplo, camadas médias urbanas e sua preocupação contemporânea com os efeitos socioambientais de empreendimentos industriais constituem coalizões anti-desenvolvimentistas, por sua vez capazes de influenciar decisões empresariais de operação e, mesmo de investimento. Dessa forma operam também, grupos de interesse organizacionalmente constituídos com vistas à representação de categorias profissionais e populações tradicionais, como pescadores artesanais, agricultores familiares, metalúrgicos, grupos indígenas e quilombolas, etc.

de grupos de interesse (por exemplo, a classe média urbana de São Luís) e de organizações sociais (como o Movimento Reage São Luís) que a representam, em associação com camadas populares potencialmente impactadas, acabou por transformar o risco potencial em uma imagem socialmente penetrante apta a produzir efeitos práticos em termos de bloqueio da agência de agentes 'poderosos', como a Baosteel e a Vale.

Em outros termos, os movimentos sociais, isto é, os agentes economicamente relevantes representados pelo Movimento Reage São Luís, mediando e construindo um projeto desenvolvimentista-preservacionista, transmutaram uma cosmovisão urbana em interesse coletivo. Ao fazê-lo, foram capazes de atrair indivíduos e organizações políticas relevantes, particularmente em âmbito estadual, em uma ampla coalizão. O resultado foi o bloqueio de uma decisão de investimento. O exercício do poder coletivo adquiriu preeminência, nesse caso, sobre o poder institucional, e sobrepôs-se às estratégias dos agentes econômicos (corporativos).

3.3 Enraizamento

Finalmente, ações, organizações e instituições econômicas são, por definição, formas específicas de relações sociais e, portanto, estão enraizadas em configurações

sociais. O enraizamento (*embeddedness*)¹⁶ é, então, concebido como a capacidade de influência das relações sociais *lato sensu* sobre a atividade econômica e seus agentes. (HESS, 2004)

Assim, a herança sócio-cultural dos agentes – ou seja, suas relações com os territórios dos quais se originam –, a natureza de sua inserção em uma ou mais redes, assim como os tecidos sociais nos quais estes se inserem influenciam de modo crucial o seu comportamento. Os pontos de partida e de chegada da ação econômica concreta são interligados por trajetórias híbridas (inerciais, embora mutáveis), em parte reflexivas dos contextos sócio-culturais nos quais se produz a ação econômica (dependência de trajetória), assim como são influenciados pela configuração sincrônica das redes.

Na formulação original das RPGs, Henderson et al. fazem referência a duas formas básicas de enraizamento: territorial, que se refere às diferentes formas de ancoragem espacial e; de rede, concernente às relações inter-firmas em rede (2002, p. 452). A estas formas, Hess (2004)¹⁷ soma uma terceira, particularmente importante, o enraizamento social, que se refere à história e às origens sócio-culturais dos agentes – econômicos e não econômicos a partir da perspectiva aqui adotada.

O primeiro tipo, o enraizamento territorial, constitui uma relação de condiciona-

16. O trabalho de Mark Granovetter (1985) estabeleceu a idéia de que a ação econômica é enraizada em redes de relações sociais contínuas. Desde então, o léxico de redes e enraizamento domina a sociologia econômica, os estudos organizacionais e a gestão estratégica, concorrendo para a produção de trabalhos teóricos e empíricos sobre a relação entre enraizamento de rede e a formação e desempenho da firma (ver HESS; YEUNG, 2006). Hess e Yeung (2006, p. 1193) assumem as perspectivas de rede e enraizamento na economia e sociologia das organizações de meados dos anos 1980 como uma das quatro matrizes teórico-conceituais do paradigma das RPGs.

17. Essa novidade – em face dos demais trabalhos fundadores desta abordagem, muitos deles posteriores a esta publicação – não foi até o momento, no entanto, incorporada explicitamente ao modelo formal das RPGs.

mento mútuo entre a ação econômica e as dinâmicas sociais, políticas e econômicas localizadas. A partir desta definição, Coe et al. (2004) chamam atenção para os graus e formas diversos de enraizamento territorial aos quais os agentes se encontram submetidos. Desse modo, a distinção entre agentes locais e não locais (extralocais)¹⁸ importa diretamente para os processos de distribuição de valor e de poder.

O enraizamento territorial refere-se à importância do plano de destino (ancoragem territorial ou de lugar) na modelagem da atividade econômica. Hess afirma que as dinâmicas econômicas e sociais já existentes podem ser absorvidas¹⁹ por e restringir ou constanger os agentes econômicos na rede. Sustenta também que processos de enraizamento territorial podem criar novas redes de relações sociais e econômicas, reorganizando os agentes existentes e/ou atraindo novos agentes, assim concorrendo para a transformação de todo o sistema econômico.

A intensidade e modo do enraizamento territorial importam para o desenvolvimento porque possibilitam e restringem, em combinações diversas, as redes e seus agentes, influenciando suas ações – principalmente suas decisões locais (atração x repulsão). Organizações políticas (governos em diferentes níveis) e sociais (associações de representação de interesses de trabalhadores, por exemplo) são agentes de enraizamento territorial cruciais. Por fim, o enraizamento territorial é um processo dinâmico,

podendo implicar no limite, em reversão – desenraizamento territorial. Os processos do valor são especialmente afetados, portanto, pela intensidade e modo do enraizamento territorial.

O enraizamento de rede refere-se à importância das relações entre agentes individuais ou coletivos na rede – independentemente das relações temporais (com a sua própria história) e espaciais (ancoragem territorial específica). Essas relações podem ser classificadas quanto à arquitetura, forma (formal x informal), duração e equilíbrio (estável x instável) (HENDERSON et al., 2002, p. 453), e são impactantes nas esferas do enraizamento individual²⁰ do agente à rede e do enraizamento estrutural da rede (estrutura e evolução da rede como um todo). No primeiro caso, centra-se no agente individual (em especial a firma) e no segundo, na rede (incorporando agentes não econômicos).

Hess acredita que o enraizamento de rede é produto da construção de confiança entre os agentes. Isto é, acredita que as propriedades de externalidade e coercividade da rede derivam de uma variante específica – confiança – das relações econômicas entre agentes. Mesmo em âmbito intra-firma, a confiança é parte fundamental das relações entre unidades de firmas, tanto quanto em arranjos coletivos, como os de tipo *joint venture*. (HESS, 2004)

O enraizamento social refere-se, por sua vez, à importância do plano de origem (ou ‘código genético’) que modela a ação indi-

18. Na primeira categoria enquadram-se, por exemplo, a força de trabalho e o Estado, e na última, as TNCs e o capital financeiro. A força de trabalho, por exemplo, permanece atada a mercados locais de trabalho, embora se internacionalize via alianças inter-institucionais e organizações internacionais.

19. A absorção é exemplificada pela integração de *clusters* de pequenas e médias empresas (com redes sociais e mercados de trabalho locais) e das redes de subcontratação e subsidiarização de firmas líderes.

20. Hess refere-se a este subtipo como relacional, embora seja, na verdade, individual.

vidual e coletiva. A noção de 'social' é entendida em sentido amplo (cultural, político, etc.). Hess afirma que este modo de enraizamento se assemelha ao sentido original do conceito, proposto por Karl Polanyi. Isto significa, para Hess, a influência da história constitutiva (sócio-cultural) do agente sobre o seu comportamento. Ele critica também a inespecificidade da noção de cultura e a concebe amplamente como a herança de um agente que o conecta à sociedade da qual este emana. Para ele, as formações culturais tanto possibilitam (*enable*) como restringem (*constrain*) os agentes (a ação) – assim como as estruturas de rede. O enraizamento social também refletiria a estrutura regulatória e institucional²¹ que afeta (e por vezes, determina) o comportamento – tanto em nível individual quanto ao nível da firma.

4 Conclusão

O principal postulado subjacente à discussão aqui empreendida diz respeito à natureza matricial dos fenômenos econômicos de grande magnitude, capazes de polarizar uma série diversa de agentes – econômicos, políticos e sociais – em torno de recursos específicos e complementares. O modelo das RPGs, dentre outras inovações analíticas não tratadas no artigo, explicita a natureza dos referidos recursos – valor, poder e enraizamento.

Nesse sentido, o modelo provê uma estrutura teórico-metodológica apta a dar conta das interações complexas entre agen-

tes diversificados operando sobre recursos igualmente variados – sobre os quais reivindicam legitimidade privilegiada – e sua mobilização contextual. As redes de produção globais têm, pois a possibilidade de superar as matrizes unitárias de explicação dos fenômenos econômicos, representadas ora pela firma, ora pelo Estado.

Nesse sentido, o artigo centrou-se nas referidas categorias conceituais de modo a explicitar sua contribuição para a pesquisa na área de ciências sociais, destacando, em particular, o papel dos agentes sociais em inúmeros processos definidos como econômicos, mas essencialmente relacionados à formação, acúmulo e mobilização do valor, do poder e do enraizamento.

Estes agentes, a partir de seus recursos específicos e complementares exercem uma influência constante e profunda sobre as estratégias e ações dos agentes econômicos e políticos. A especificidade de sua influência, assim como a fragmentação desta em uma miríade de agentes concretos certamente são desafios a serem transpostos no âmbito da pesquisa empírica. No entanto, esta influência, pois que específica e fragmentada, não é menos decisiva na compreensão dos fenômenos multidimensionais – com frequência considerados estritamente econômicos – dos quais tratam as ciências sociais.

Aqui, a despeito da assimetria estrutural postulada pelo modelo das RPGs entre os agentes econômicos e não econômicos, considera-se que é um critério eminentemente empírico que deve nortear a ênfase

21. Um dos desafios epistemológicos do modelo diz respeito à incorporação das variedades de capitalismo em seu quadro. A variação das economias nacionais concretas (organizações empresariais e industriais, estruturas institucionais, níveis de integração à economia global), permanece ou um problema estrutural inexplorado ou um pano de fundo contextual. O modelo das redes de produção globais busca dar conta das variedades de capitalismo através de uma análise em termos de enraizamento social (HESS; YEUNG, 2006).

se analítica sobre determinadas dimensões dos fenômenos econômicos que relacionam tais agentes diversificados nas diversas escalas espaciais. No contexto brasileiro contemporâneo, a apreensão da dimensão social de tais fenômenos, em particular no que concerne a sua relevância econômica, parece ser bastante promissora.

NOTA SOBRE O AUTOR

Rodrigo Salles Pereira dos Santos é doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo PPGSA/UFRJ e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA), liderado pelo Prof. Dr. José Ricardo Ramalho e pela Profa. Dra. Neide Esterici (UFRJ).

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARNEIRO, M. D. S. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. *Cadernos CRH*, v. 21, n. 53, p. 323-336, 2008.

COE, N. M. et al. Globalizing regional development: a global production networks perspective. *Transactions of the institute of british geographers*, n. 29, p. 468-484, 2004.

COE, N. M. Global Production Networks. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (Eds.) *The international encyclopedia of human geography*. Oxford: Elsevier, 2009. p. 556-562. v. 4.

COE, N. M.; DICKEN, P.; HESS, M. Global production networks: realizing the potential. *Journal of economic geography*, n. 8, p. 271-295, 2008.

COE, N. M.; HESS, M. Global production networks: debates and challenges. *GPERG workshop on global production networks*, University of Manchester, 25-26 jan. 2007.

DICKEN, P. *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. 5a. edição. London: Sage, 2007.

DICKEN, P.; HENDERSON, J. Making the Connections: global production networks in Britain, East Asia and Eastern Europe. *Full research report*. Impresso, 2005.

DOERING, H.; SANTOS, R. S. P. Post-Developmentalist State and Steel Sector: is it possible to talk about a new Brazilian developmental path? *Society for Latin American Studies*, University of Saint Andrews, 8-10 abr. 2011.

GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. *Commodity chains and global capitalism*. Praeger: Westport, 1994.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American journal of sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HELD, D.; MCGREW, A. Globalization. In: KRIEGER, J. *The oxford companion to politics of the world*. Oxford University Press, 2001.

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N. M.; YEUNG, H. W.-C. Global Production Networks and the Analysis of Economic Development. *Review of International Political Economy*, 9: p. 436-464, 2002.

HESS, M. Global Production Networks: dealing with diversity. In: TACHIKI, Dennis; HAAK, René (Eds.), *Regional strategies in a global economy: multinational corporations in East Asia*. Munich: Iudicium, 2004.

HESS, M.; YEUNG, H. W.-C. Whiter global production networks in economic geography? Past, present, and future. *Environment and planning A*, v. 38, n. 7, p. 1193-1204, 2006.

HOMMEL, T.; GODARD, O. Contestation sociale et stratégies de développement industriel: application du modèle de la Gestion Contestable à la production industrielle d'OGM. *Cahier école polytechnique, laboratoire d'économétrie*, n. 15, 2001. Disponível em: < <http://ceco.polytechnique.fr/>>. Acesso em: dez. 2008.

LIMA, R. J. C. Movimentos sociais, desenvolvimento e capital social: a experiência do Reage São Luís. In: SANT'ANA JR., H. et al. (Org.). *Ecos dos conflitos sócio-ambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 225-253.

MONTEIRO, M. A. Amazônia: mineração, tributação e desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 7, n. 2, p. 159-186, 2004.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

RAMALHO, J. R. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 147-178, 2005.

SANTOS, R. S. P. *A Forja de Vulcano: siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental e no Rio de Janeiro*. 2010. Tese (Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WEBER, M. *Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Moraes, 2003.

Recebido em: 15.04.11

Aprovado em: 08.06.11

